

Brasil e Rio Grande do Sul: atores envolvidos no processo de modernização,
desenvolvimento e meio ambiente

Maria Eloisa Cavalheiro¹

Resumo: o objetivo desse ensaio teórico foi evidenciar processos, fatos, atores e especialmente as relações do poder político nos âmbitos nacional e estadual, especialmente no que tange à interferência dessas relações em nível municipal, uma vez que repercutem na manutenção ou não do poder dos grupos à frente das decisões que afetam a vida dos cidadãos. Neste estudo, tratamos da investigação histórica acerca dos pontos convergentes e divergentes nas articulações políticas estabelecidas pelas elites regionais gaúchas, bem como a contribuição das mesmas ao desenvolvimento econômico sul-rio-grandense. Salientamos que a sociedade brasileira traz a marca histórica da dependência, tanto interna como externa. A alta centralidade nas relações políticas, econômicas, e sociais demonstra que a nova linguagem do poder moderno nasceu na república rio-grandense, recuperando os espaços tradicionais do poder político e desta experiência construiu a sua especificidade. Portanto, a abordagem do desenvolvimento passa a integrar uma multiplicidade de atores que correspondem a grupos de interesses, por vezes conflituosos, sendo que esses embates devem evidentemente colidir na busca por entendimentos que visem ao bem comum da sociedade. Dessa forma o desenvolvimento sustentável seria o resultante de projetos pensando a sociedade como um todo.

Palavras-chave: poder, elite, política e desenvolvimento.

Resumen: El objetivo de este ensayo es demostrar teórica procesos, hechos, actores y, sobre todo, las relaciones del poder político en los planos nacional y estatal, especialmente en lo que respecta a la injerencia de estas relaciones a nivel municipal, ya que el impacto sobre el mantenimiento o no el poder de frente a los grupos de las decisiones que afectan la vida de los ciudadanos. En este estudio, tratar la investigación histórica sobre los convergentes y divergentes puntos en las articulaciones políticas establecidas por las elites regionales Gaucho, así como la contribución al desarrollo económico de la misma al sur de río-grandense. Hacemos hincapié en que la empresa brasileña lleva la marca histórica de la dependencia,

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Docente da Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas da Universidade de Passo Fundo – UPF.

tanto interna como externamente. La elevada centralidad en la vida política, económica, social y demuestra que el nuevo lenguaje de la república moderna nació en el río-grandense, la recuperación de las zonas tradicionales del poder político y esta experiencia ha construido su especificidad. Por lo tanto, el enfoque del desarrollo se integre una multiplicidad de actores que corresponden a los grupos de interés, a veces en conflicto, y que esas colisiones evidentemente chocan en la búsqueda de entendimientos dirigidos a el bien común de la sociedad. De este modo los proyectos de desarrollo sostenible sería el resultado de pensar de la sociedad en su conjunto.

Palabras clave: poder, elite, la política y el desarrollo.

INTRODUÇÃO

Para se de delinear as complexas relações entre a lógica de ocupação do espaço pela elite econômica e política e sua relação com o meio ambiente, questão principal no exercício do poder político, busca-se visualizar a construção de um novo referencial mais amplo de gestão pública, de arranjos políticos e institucionais, bem como adequá-los a cada contexto.

Quando se pensa em desenvolvimento sustentável apenas com base no fator econômico, se está desconsiderando uma lógica que conjuga estratégias de gestão social, dinamização econômica, responsabilidade ambiental e solidariedade, uma vez que a toda a ação subjaz um sistema de idéias que a sustenta, nesta medida, pode-se dizer que nenhuma ação é imotivada, mas é a influência exercida sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social, já que a sociedade brasileira tem como uma de suas características básicas a marca histórica da dependência, tanto interna como externa.

Busca-se com o presente texto, analisar o sistema de idéias que sustentaram e ainda sustentam as ações empreendidas pelos governantes de nosso país que serviram de suporte para a construção de planos de ação para o desenvolvimento.

Dessa forma, para se compreender a questão do desenvolvimento é necessário analisar a historiografia do passado e também do presente que servirá de balizamento para entender o comportamento da sociedade burguesa do século XIX até os dias atuais. Faz-se necessário, antes de tudo, descobrir os paradigmas que regem os fatos sociais, já que o caminho a percorrer para tal análise é via ciências naturais, na qual se podem descortinar as relações permanentes que ligam

os fatos a relações fundamentais para a compreensão econômica, política e social de uma sociedade.

No Brasil e principalmente no Rio Grande do Sul, estendeu-se a influência do positivismo que assumiu características progressistas, na medida em que combateu a monarquia, o liberalismo e sustentou idéias republicanas, bem como veio propor um programa de modernização. Constatou-se que entre os republicanos do século XIX a formação positivista, se refletiu não apenas na postura política, como também na atuação destes na vida pública brasileira, fazendo originar-se daí o positivismo como ideologia da elite política dominante.

No Brasil a expansão do capitalismo, a acumulação de capital em alguns setores da sociedade favoreceu a colocação de práticas que objetivaram transmutar o país de agrário e exportador para industrializado. Ocorreram mudanças num período de ajustamentos políticos, econômicos e sociais o que permitiu ao Brasil liderar o processo de modernização e industrialização como forma de socialização dos serviços públicos.

As idéias positivistas começaram a se dissipar, dando abertura para novos paradigmas, ora tais padrões, modelos, regem a vida dos homens e das sociedades, assim o século XX estabeleceu o regime democrático e participativo como paradigma preeminente de organização política. As diferentes regiões do mundo estão interligadas como jamais estiveram, não somente pelo comércio e comunicação, mas por idéias e ideologias. Hoje estamos todos imersos num processo de globalização acelerada e, em decorrência, também na busca de identidades, potencialidades, valores e interesses perdidos.

Na pós-modernidade substituem-se as grandes unidades nacionais criadas ao longo dos últimos séculos pela pulverização separatista das identidades individuais. Apela-se às micro em lugar das macro estruturas, ao individual em substituição ao social e ao nacional. As totalizações que eram produto da “ideologia do progresso” (que acompanhou a criação e expansão do capitalismo do mundo industrial e do capitalismo) fundamentais na premissa da universalidade da razão cedem lugar ao fragmentário e ao efêmero.

A pós-modernidade descrê dos grandes relatos e, dos meta-relatos, como os de “liberdade” e “igualdade”, que estavam presentes no todo de um discurso que envolvia Estado, Povo e Nação dentro do espírito de política emancipatória. A crise, provocada por duas guerras mundiais deixou a nu o fim da ideologia do progresso,

mostrando que ele, o progresso não levou o homem para a salvação e a perfeição sonhada, mas para a destruição.

Hoje só se têm indicadores, possibilidades, não uma, mas várias verdades coexistindo, convive-se com as indefinições, com a perda dos limites definidos que eram dados pela razão objetiva e os conceitos prontos. Convive-se com a fluidez das situações, com a pluralidade de estilos e a multiplicidade de papéis.

Descerra-se um novo quadro de poder, que estava associado a um conceito de desenvolvimento que significou e, significa a exclusão de imensas camadas da população dos indicadores mínimos de cidadania com a falsa aparência de modernidade. Passa a ser fundamental, então, ouvir a voz dos excluídos do sistema e não apenas as vozes da elite vencedora.

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de idéias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. Assim, a lógica do dinheiro das organizações é a lógica da competitividade, que faz com que cada organização tornada global busque aumentar a sua esfera de influência e de ação, para poder crescer.

Os últimos anos são emblemáticos porque se apresentam como teatro das grandes fusões tanto no domínio da produção material como no da produção da informação. Essas fusões reduzem o número de atores globais e, ao mesmo tempo a partir da noção de competitividade, conduzem as organizações a disputarem o menor espaço, a menor fatia do mercado, prática essa evidenciada na América Latina.

Procedimentos teórico-metodológicos

O procedimento metodológico adotado nesse estudo foi a pesquisa histórica. O procedimento técnico utilizado se deu pela pesquisa bibliográfica. Salientamos que a análise foi efetuada em fontes de obras que tratam direta e indiretamente do tema analisado, as fontes primárias. O recorte espacial proposto corresponde aos séculos IX, XX e XXI.

Dimensões Econômica, Política, Social e Ambiental

Durante os mais de quinhentos anos de formação da sociedade brasileira como uma miscigenação de raças, o processo de desenvolvimento econômico foi realizado de forma não genuína e excludente. Historicamente, a elite brasileira optou sistematicamente pela concentração de terras, renda e riquezas como estratégia de desenvolvimento, impedindo outras opções que fossem mais justas e, de certa forma, mais férteis para o próprio capitalismo.²

Porém a busca de novas terras para a mineração e a agricultura chegou a longínquos lugares do Brasil durante os últimos dois séculos. Essa busca foi motivada pela ideologia do progresso, induzida pela possibilidade de exploração descriteriosa dos recursos naturais e conseqüentemente um total desrespeito ao meio ambiente.

Embora o processo de desenvolvimento brasileiro tenha produzido pólos dinâmicos regionais e acentuados desequilíbrios entre regiões, existe ao nível de elites, uma consciência que o desenvolvimento é uma meta nacional e que os interesses do sistema econômico global estão acima dos interesses regionalistas. Quer dizer que os atores sociais e agentes econômicos usam a base de recursos naturais para adquirir insumos que possa satisfazer suas necessidades de produção e oferecer bens de consumo para os consumidores, com a intermediação dos mercados.

Nesse sentido, carregamos as marcas de uma colonização efetuada pelas nações européias mais atrasadas, sendo que apenas com a independência pudemos iniciar lentamente o processo de modernização em nosso País. Dessa forma no final do século XIX e início do XX, visualizava-se vagamente a oligarquia progressista impulsionando o processo de modernização, já entre os anos 20 e 30 do século XX, o foco esteve na expansão do capitalismo o que levou a se entrar na década de 40 vislumbrando o processo de industrialização, pois a idéia de desenvolvimento estava atrelada ao crescimento econômico.

Segundo Canclini³ entre os anos 50 e 70 o marco foi o nascimento de um desenvolvimento econômico mais sólido e diversificado, que se embasou no

² MARTINS COSTA, Thelmo Vergara. Desenvolvimento sustentável no Brasil: da miragem do crescimento econômico à utopia sustentável? **Texto para discussão**, no CEPEAC da Universidade de Passo Fundo, junho, n.º. 01/2006. www.upf.br.

³ CANCLINI, Nestor G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires, 1991.

crescimento de indústrias com tecnologia avançada, bem como no aumento de importações industriais e de emprego de assalariados, houve nesse período a consolidação e a expansão do crescimento urbano iniciado na década de 40.

Em princípios do século XXI, a sociedade brasileira conta com imensas forças produtivas que impulsionam cada vez mais a uma corrida desenfreada pelo consumismo, ou seja, pelo capitalismo que conduz o homem, bem como suas ações a novos avanços, inovações e, invenções tecnológicas, dando continuidade às metas progressistas iniciadas com as elites do século XIX em busca do desenvolvimento, que se deu com a criação de forças impulsionadas pela mídia, perpetuando-se a noção de que consumo seja sinônimo de desenvolvimento.

Como se sabe, os seres humanos passaram por várias etapas de evolução, ou seja, passaram por vários tipos de revoluções tecnológicas acontecidas logo após a sua sedentarização em comunidades agrícolas e de sua ligação em sociedades estratificadas. Aí, é claro, foram observadas diversas transformações técnicas e sociais, que surgiram no período das aldeias agrícolas indiferenciadas para os estados artesanais coletivistas, que suscitaram a Revolução do Regadio, a Revolução Urbana, a Revolução Metalúrgica e a Revolução Pastoril, que veio dar enfim na Revolução Mercantil, onde através do capitalismo mercantil foi possível efetivar o acúmulo do capital para aplicá-lo na indústria, gerando assim, a tão falada Revolução Industrial, onde o empresariado pôde dedicar-se a novos setores que virão assegurar-lhes taxas de lucro muito maiores à curto prazo, sem os riscos do capitalismo da fase mercantil.

É a fase das revoluções produtivas onde a comercialização perde a sua característica local e assume feições internacionais, fazendo com isso o giro do capital transnacional. Verifica-se que nesse processo de evolução, não se pode pensar em desenvolvimento sem desconsiderar que, se o subdesenvolvimento se deve a fatores de natureza cultural, a adoção, pelas elites, dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação superiores, explicaria a concentração de renda, a heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional.⁴

Cohen afirma que a adoção dos altos padrões de consumo causa a concentração de renda. Para evitar esses efeitos oriundos dessa imitação cultural

⁴ COHEN, Claude. *Padrões de consumo e energia: efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento*. In: MAY, Peter H.; VINHA, Valéria da (org). *Economia e meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

consumista, dever-se-ia modificar os padrões consumistas, elevando a poupança, comprimindo o consumo dos grupos de elevada renda. O problema da propensão a consumir dos segmentos modernizados da sociedade torna-se uma estrutura bloqueadora da dinâmica sócio-econômica, como o latifundismo e o corporativismo, gerando desperdício do potencial de poupança através das formas abusivas de consumo, drenando recursos para o exterior.⁵

Cohen assinala que essa sociedade de consumo é incapaz de resolver problemas de exclusão social e apresenta altíssimos custos ecológicos e psicológicos pela urbanização acelerada. A economia de mercado dos países industrializados tende à autodestruição, em virtude da maximização dos lucros, o que conflita com objetivos macroeconômicos, gerando custos ambientais e sociais e a superexploração de bens comuns.⁶

Porém, problemas muito antigos convivem com os novos, como a persistência da pobreza e da não satisfação das necessidades essenciais; ou a erradicação da fome crônica e coletiva, ou a violação de liberdades políticas elementares ou de liberdades formais básicas. O combate a tais problemas exige que a liberdade individual seja considerada como um comprometimento social. Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir para a expansão da liberdade. O desenvolvimento requer que se exterminem as principais fontes de privação de liberdade, tais como pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.⁷

Nas últimas décadas, as desigualdades sociais se intensificaram devido a brutal concentração de renda, derivada do processo inflacionário e da estagnação econômica, ocorrida nos anos oitenta e da abertura de mercados realizada de forma abrupta aliada à redução do papel do Estado na economia ocorrida pelo renascimento da ideologia liberal em voga nos anos noventa. Assim, os meios de comunicação apresentam diariamente exemplos empíricos do processo constante de desigualdade econômica e social que traz em seu bojo, o conceito de exclusão

⁵ Ibidem.

⁶ Ibidem.

⁷ VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 33-35.

social.⁸

Como exemplo citamos o Rio grande do Sul, Estado que apresenta uma grande diversidade sócio-espacial que dificulta o próprio gerenciamento dos incentivos a ele destinados. Veja-se o caso entre a Metade Sul e a Metade Norte, essa primeira traz como reflexo a carência em destinação de recursos por se tratar de uma área destinada a criação de gado e por ser atualmente uma zona de pobreza em evidência por não assumir a característica produtiva da segunda.

A Metade Norte se constitui o pólo desenvolvimentista regional e, mesmo possuindo uma característica geográfica não muito peculiar às grandes áreas agricultáveis ela possui uma enorme capacidade produtiva no setor fabril, coureiro-calçadista, agro-avícola, entre outros, o que gera um positivo superávit econômico. No entanto, é um dos estados que - embora reconhecido como um dos melhores em qualidade de vida e distribuição de renda – apresenta grandes especificidades em sua região e ao mesmo tempo, algumas singularidades complexas, o que agrava ainda mais a detecção das comunidades ou dos redutos pobres.

Citemos dois exemplos: A diversidade étnica (alemães, italianos, poloneses, etc...) que aqui se fixou cada qual à sua maneira, sobrevivem socialmente em comunidade, cumprindo os requisitos básicos de interação e integração social, seria essa uma especificidade. Porém, o que dizer das comunidades autóctones que aqui viviam e que teimam em manter-se presentes, são essas as singularidades que fazem parte também da região.

Milhões de pessoas sobrevivem na mais abjeta pobreza. Nas regiões mais carentes do mundo, homens e mulheres vestem-se literalmente em farrapos, as crianças andam nuas, com seus corpos esqueléticos à vista, denunciando a fome que passam. Esse cenário macabro não é incomum nos países em desenvolvimento, fato que muitos conhecem bem. A pobreza tem muitos rostos, porém, em países ricos ela pode se esconder, e por isso é freqüentemente ignorada.

No que se refere ao caso brasileiro, esses índices percentuais de pobreza e de má distribuição de renda, é reflexo direto da cultura dominante onde provavelmente a herança deixada pelos colonizadores se faz presente nos diversos setores da economia. Entendemos que a erradicação da pobreza é algo extremamente difícil e que está atualmente fora do nosso alcance, tendo em

⁸ COSTA, op.cit.

vista que as políticas econômicas voltadas ao engrandecimento das regiões, que compõe o país, não levam em consideração as especificidades e singularidades de cada contexto.

A fome, a miséria, a educação, a saúde, o desvalimento, o desemprego causado pela globalização trouxe o pavor da incerteza, enquanto o estado contribuiu para que agravasse esse problema. Indivíduos excluídos dos processos econômicos, de moradia, do mundo do emprego, que buscam na natureza recursos para sua sobrevivência, engrossam, sem dúvida, as estatísticas e os índices percentuais de pobreza, de indigência e de mendicância.

A atuação do Estado pela via institucional é também particularmente importante para garantir condições de competitividade na questão referente a redistribuição e heterogeneidade. Isto significa atuar no aperfeiçoamento das políticas tributária, tarifária e cambial, de preços e, tarifas públicas, bem como dos sistemas de apoio fiscal e crédito a projetos prioritários. A ação direta do Estado, através da utilização de seu poder de compra como elemento indutor da capacitação tecnológica e industrial nacional não pode ser esquecida.⁹ Dessa forma, essa questão requer enorme esforço tecnológico e cooperação entre o setor público e privado de modo a incorporar políticas de qualificação de mão-de-obra, modernização de infra-estrutura de transporte e, telecomunicação.

Dois problemas internos afetam a possibilidade dessa harmonização visando a ampliação da competitividade. O primeiro se refere a dimensão e duração de nossa inflação. O segundo diz respeito a especificidade de nossa estrutura social e econômica, marcada por grande desigualdade, heterogeneidade e fragmentação. A inflação inviabiliza em grande medida a política tributária, ao corroer parcialmente a receita, dirigindo o sistema para a cobrança de impostos indiretos, sobretudo os sobre o faturamento. Estes, apesar de injustos, são automaticamente indexados a inflação, garantindo uma receita tributária mais próxima do potencial de arrecadação.¹⁰

Por outro lado, os aspectos econômicos e sociais da desigualdade dificultam a materialização de um sistema tributário baseado na equidade vertical e horizontal e na abrangência das bases de tributação, explicando a combinação perversa e

⁹ SULAMIS, Dain. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda Prates (orgs.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p.72-80.

¹⁰ Ibidem.

aparentemente contraditória entre uma carga tributária macroeconômica baixa e, os altos impostos pagos por aqueles que são objeto da tributação.

Camargo chama atenção para o ano de 1968, onde ocorreu o primeiro sinal de grave descontentamento com o modelo capitalista industrial no final de seu ciclo. Foi o marco histórico que anunciou o final precoce do século 20 e a antecipação do século 21. Os primeiros movimentos sociais do século 20 apontavam para mudanças, influenciando o modelo de civilização do século 21.¹¹

Camargo faz menção a uma nova ordem internacional legitimamente aceita por todos e coordenada pelas Nações Unidas, objetivando assegurar o desenvolvimento social com equidade, a expansão do emprego produtivo, a erradicação da pobreza e garantir qualidade de vida para as futuras gerações.¹²

Camargo alerta para a necessidade latente de reverter graves distorções que nos impulsionam ao uso abusivo e sem reposição dos recursos naturais, e a conseqüente degradação física e social do meio ambiente urbano, nesse sentido, se deve imaginar soluções articuladas no espaço de um território, que possa corrigir estas anormalidades mobilizando todos os recursos econômicos e de infra-estrutura, além dos recursos humanos e sociais disponíveis.¹³

Para Camargo, faz-se necessário criar um novo modelo de desenvolvimento que seja a grande síntese das utopias fabricadas no final do século XX com as realidades que se descortinam neste limiar do século XXI. A autora aponta que o caminho é o de estimular boas práticas e experiências localizadas que, encontrem lideranças políticas e sociais capazes e eficientes para levar a cabo as prerrogativas da Agenda 21.¹⁴

O problema do desenvolvimento sustentável é a carência de mecanismos que possam efetivamente validar os princípios de sustentabilidade e assim corrigir os desequilíbrios de ordem global, portanto, são necessárias transferências de tecnologia e visão institucional, a fim de produzir modificações de qualidade. Para que essas mudanças ocorram é preciso: tomar decisões; qualificar recursos humanos; implementar políticas públicas e selecionar os atores.¹⁵

¹¹ CAMARGO, Aspásia. *Governança para o século 21*. In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p. 319.

¹² Ibidem., p. 308.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Ibidem., p.315.

O Estado brasileiro terá de partir da recomposição da solidariedade e da adesão social em torno de um projeto para o país. Projeto esse que não poderá se esgotar nos requisitos de competitividade e modernização, mesmo que necessários, se não sequer agravar a natureza excludente do crescimento anterior ou condenar o país à estagnação, a exemplo das economias latino-americanas.¹⁶

A administração pública deve reservar espaços para a participação da sociedade civil, o cidadão quer ser ator, e a gestão de políticas públicas deve tratar de humanizar o homem e a sociedade. Essa é a forma de enfrentar um tipo de sociedade que acabou privilegiando o gigantismo das grandes organizações.

Evolução do Capitalismo no contexto mundial

Como o processo econômico necessita invariavelmente das atividades dos seres humanos, cabe analisar como se instaurou o capitalismo nos variados contextos mundiais. De acordo com Harvey¹⁷, no Ocidente percebe-se uma sociedade na qual a produção em função de lucros é o princípio organizador da vida econômica. A Revolução Industrial deu início a uma nova realidade socioeconômica concentrando a população em centros urbanos, mudando a natureza do trabalho e criando novas classes sociais: o proletariado, os industriais capitalistas e as classes médias urbanas.

A preocupação com a eficiência dessas organizações despertou o interesse dos industriais em técnicas de desenvolvimento mais eficientes. Ford por exemplo, sustentava que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, nova política de controle e gerência, nova arte e psicologia, isto é, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista. Assim, na primeira metade do século XIX, o capitalismo e a Revolução Industrial provocaram transformações velozes na disposição das cidades, principalmente no noroeste europeu.

Contudo, apesar desses avanços, várias transformações ocorreram, principalmente no que se refere às condições de trabalho e na não valorização do trabalhador, o que foi agravado pelos modos e mecanismos de intervenção estatal,

¹⁶ SULAMIS, Dain. In: VALLADARES, op.cit., p. 86-89.

¹⁷ HARVEY, David. *A condição .pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 117-122.

onde ocorreu falta de demanda efetiva por produtos. Havia grande incapacidade do capitalismo em regulamentar as condições essenciais de sua própria reprodução, oferta e demanda, sendo ainda mais afetado pela grande depressão.¹⁸

Para Perroux o desenvolvimento desequilibrado, causador dos agravos sociais tem como reflexo o fato de o mundo econômico não ser composto de unidades econômicas independentes que concorram entre si, ao contrário, assiste-se um grande sistema de oligopólio que domina as demais empresas. Isso acabou gerando um desequilíbrio na primeira etapa do fordismo.¹⁹

Porém, em âmbito internacional, as décadas de 1970 e 1980, foram um conturbado período de reestruturação e de reajustamento econômico, social e político. Surge para sobrepor-se ao fordismo o processo de acumulação flexível, que se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo. Distingue-se pelo surgimento de novos setores de movimentação financeira.²⁰

Dessa forma, a transição para a acumulação flexível e sua característica descentralizadora motivou algumas diferenciações no campo econômico, causando em alguns setores uma certa fragmentação em sua estrutura organizacional. Ou seja, um novo modelo de capitalismo tomava feição, embora aparentando com a descentralização uma clara desorganização, ocorria o contrário, foi uma nova forma de dinamização da produção em face da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho e consumo, na captação de recursos e gerenciamento de novos modelos tecnológicos, principalmente nos empreendimentos internacionais.²¹

Ocorrem os tão falados modelos de planejamento que na realidade nada mais foram do que uma espécie de exercício das práticas econômicas dos grandes setores. Esse planejamento redefine a vida social e econômica de acordo com critérios de racionalidade, eficiência e moralidade, reflexos da história e necessidades do capitalismo e da sociedade industrial, mas são totalmente desconhecidas e prejudiciais ao curso de desenvolvimento periférico, para se estabelecer teria de adaptar o Novo Mundo ao ritmo já instaurado na Europa, seria

¹⁸ Ibidem .p. 123-125.

¹⁹ TAVARES, Hermes Magalhães. *Políticas de desenvolvimento regional nos países do centro e no Brasil*. In: CADERNOS IPPUR. *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1986, p. 231-232.

²⁰ HARVEY, op.cit., 2004, p. 140-150.

²¹ Ibidem., p. 140-150.

preciso romper com algumas tradições e costumes, ou simplesmente exterminá-las.²²

Veja-se o caso do Brasil, este, possuindo uma particular característica de grande vastidão de terras, adotou a estratégia dos pólos de desenvolvimento, numa tentativa de elaborar uma espécie de integração nacional visando a organização espacial brasileira, na década de 1970. A industrialização brasileira contou com o apoio fundamental do estado. No plano regional, a experiência brasileira também se sobressaiu, tendo se mantido até os anos 1980 acarretando daí grande declínio no planejamento regional. A pressão externa, capitaneada pelos organismos internacionais se uniu aos interesses dos capitais internos ávidos por encontrar saídas para a acumulação.²³

Portanto, com o advento do capitalismo transnacional nesses contextos, foram detectadas fragilidades tanto sociais como econômicas, que dependem de reformulações levando em consideração as especificidades sócio-culturais e humanas. Ou seja, o exercício do capitalismo requer planificações mais sólidas, no que se refere a sua própria estrutura.

Desenvolvimento econômico com sustentabilidade

Para Silva²⁴ o grande desafio para o desenvolvimento do Brasil é iniciar a construção de uma prosperidade multiplicadora de novos empreendimentos que, simultaneamente, conserve a estabilidade e ponha fim às práticas de exploração predatória dos imensos recursos naturais. A busca desse desenvolvimento sustentável também exigirá um amplo rearranjo institucional, processo árduo e lento, devido à inércia imposta por fortes interesses cristalizados. Por isso, a possibilidade de acelerar mudanças dependerá, antes de tudo, da capacidade que terão os próximos governos em transformar suas agendas de modernização em fatos concretos que afetem a qualidade de vida no dia-a-dia das pessoas.

Enceta-se nesse contexto que os meios para acabar com a pobreza devem ser políticas públicas que assegurem o acesso de toda a população aos bens e serviços essenciais – principalmente comida, educação, saúde, transporte e

²² WOLKANG, Sachs. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 214-226.

²³ TAVARES, op.cit., p. 235-240.

²⁴ SILVA, José Graziano da. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas*. http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/3-DesenvRural.pdf. Acesso em agosto de 2005.

moradia. E o caminho para erradicar a pobreza é empregar a população diretamente na produção dos bens e serviços essenciais. O desempenho do crescimento econômico como redutor da pobreza é determinado pelas maneiras como seus frutos são aproveitados.²⁵

Nesse sentido, essas maneiras são condicionadas por um imenso conjunto de regras formais e informais, que vão da Constituição ao mais simples dos costumes ou tradições, passando, é claro, pela distribuição dos direitos de propriedade, ou pelas transferências de renda operadas por todas as esferas governamentais.²⁶

Há no país um dilema recorrente entre a vontade de reduzir desigualdades e a razão econômica. A queda da taxa de emprego, por exemplo, é uma das mais flagrantes manifestações de aumento da desigualdade. Mesmo se fosse possível compensar a perda de renda dos desempregados, isso não eliminaria seus impactos sobre a vida dessas vítimas e de suas famílias.

Neste contexto, há a necessidade e a emergência de se pensar, pelo menos do ponto de vista de uma ética ambiental, na qual o fator ético e moral aparecem cerceados na preocupação e na sensibilidade ecológica que surgiram como reação a uma mentalidade predatória da natureza, visto que o dever moral é utilizar para proveito imediato e o mais rapidamente possível o máximo de recursos naturais disponíveis delineados em uma quimera brasileira para um Brasil sustentável para os brasileiros.

Para se alcançar a desejada meta do desenvolvimento econômico, há que se fazer um parêntese, visto que é necessário que o crescimento econômico no Brasil se traduza em desenvolvimento econômico. Ocorre que, no Brasil, o conflito econômico clássico entre crescimento econômico e equidade social chegou no seu mais alto patamar.

Acompanhando o contexto anterior, Costa colabora ao dizer que nos últimos anos o crescimento real da economia foi insignificante, com taxas de crescimento muito aquém daquelas observadas durante o período do milagre econômico da primeira metade da década de 1970. Para Costa, a sociedade tem sido fortemente pressionada pela brutal desigualdade da renda, com sérios riscos de rompimento do tecido social. Por outro lado, não se trata aqui de desenvolvimento econômico nos moldes daqueles observados nos países desenvolvidos. Portanto, a meta da

²⁵ SILVA, *ibidem*.

²⁶ *Ibidem*.

sociedade brasileira não deve ser apenas a do crescimento econômico, mas, sim a do atendimento das questões sociais que reduzam e impeçam a exclusão social.²⁷

È pertinente direcionar os esforços da sociedade para a questão social. O país tenderá ao desenvolvimento econômico se focar seus esforços para reduzir as brutais diferenças sociais e regionais. Neste caso, ao contrário da lógica neoliberal, o Estado deve se fazer presente não apenas para a produção de bens públicos, para a regulação de monopólios naturais e para o controle dos fenômenos externos advindos das atividades econômicas, mas, de maneira prioritária, deve estender a toda sociedade as necessidades fundamentais da coletividade.

Por fim, o perfil do novo Brasil passa, necessariamente, pela órbita ambiental. Conforme Costa, em primeiro lugar, porque o país ainda é um imenso reservatório de recursos naturais e um manancial de biodiversidade num mundo cada vez mais carente desses recursos. Em segundo lugar, porque não há como conceber uma nova sociedade dissociada do meio ambiente, até porque, em função dos efeitos globais das ações humanas sobre a natureza, corre-se o risco da sobrevivência da própria espécie humana, apesar do mito de que a tecnologia possa continuamente dar respostas aos problemas ambientais.²⁸

De acordo com Cavalcanti, no passado, os esforços para se abordarem questões de sustentabilidade, isto é, questões sociais, ambientais e econômicas, tenderam a ser setoriais e superficiais. A União Européia, por exemplo, apoiou-se sempre no crescimento econômico como forma de resolução do problema do desemprego, mas tem experimentado justamente “crescimento sem empregos” porque o problema tem a ver com o comportamento de empregadores e empregados, com as instituições sociais subjacentes, tais como o sistema de bem-estar social, e com a regulamentação do mercado de trabalho com base em sistemas de informações que expressam os valores da sociedade acerca de coisas como a seguridade social e o custo da mão-de-obra. Sem um arcabouço adequado, os formuladores de políticas ficam incapacitados de localizar problemas nos contextos mais amplos e as soluções propostas não atingem as causas básicas transeitoriais de tais problemas.²⁹

²⁷ COSTA, op.cit.

²⁸ Ibidem.

²⁹ CAVALCANTI, Clóvis. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Conforme Cavalcanti³⁰, todos estão preocupados com problemas de insustentabilidade em termos sociais, ambientais e econômicos. Unem-se no esforço de identificar soluções para os problemas experimentados ou percebidos e para construir uma sociedade sustentável. Sente-se que os problemas existem em nível local, nacional e internacional.

Para que uma sociedade identifique os problemas a serem abordados, deverá haver um processo social em que os diversos segmentos apresentem e discutam suas percepções e aspirações. A sociedade poderá dessa forma delinear os problemas e, subseqüentemente, formar uma base de apoio para solucioná-los. A disponibilidade e a difusão da informação, a educação e o aumento da consciência facilitarão a identificação social informada dos problemas.

O desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade é um processo social. A participação substantiva da sociedade civil é aí crucial para estabelecer-se um conjunto socialmente identificado de problemas, objetivos e soluções.

O desafio maior para uma sociedade caminhar na direção da sustentabilidade, são reformas institucionais. Na maioria das sociedades, há fortes valores sociais colocados na sustentabilidade em termos sociais, ambientais e econômicos. Um número cada vez maior de informações está se tornando disponível para expressar tais valores. Entretanto, as instituições sociais são constrangidas por interesses constituídos e lentos em mudar e responder a valores da sociedade recém-identificados. Em qualquer esforço para construir-se uma sociedade sustentável, portanto, a batalha final maior deve ser enfrentado no campo das reformas institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreende-se do estudo realizado, que o planejamento de uma economia com gerenciamento racional dos recursos produtivos, em sociedades marcadas pelas disparidades sociais, nos remete a repensar os valores no que diz respeito à questão da sustentabilidade, num mundo em que a administração não atinge padrões de eficiência para lidar com a escassez de recursos naturais. Assim, planejar em nível nacional, regional e local é viável, desde que, seja efetuado sob bases sólidas, sendo respeitadas as diversidades e especificidades de cada região.

³⁰ Ibidem.

Para isso é necessário redefinir categorias e significados, principalmente nos países do Terceiro Mundo, através de práticas políticas inovadoras, nos vários tipos de movimentos sociais contemporâneos.

Dessa forma, entendo que o estudo do desenvolvimento, com base na sustentabilidade regional é um ingrediente ao qual não se presta suficiente atenção, bem como existe uma grande dificuldade de conscientização da necessidade de conhecimentos mais detalhados entre local e regional, uma vez que, na maior parte das vezes esses redutos são ricos em fundamentos essenciais para o encaminhamento de estratégias e processos inovadores no que se refere à utilização racional das diversidades regionais.

Nesse sentido, uma formulação adequada de políticas voltadas ao social, seria uma das medidas emergenciais para a questão brasileira, uma vez que as discrepâncias presentes nessa relação são muitas e, para que ocorra um real empreendimento de políticas de desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade, voltadas ao regional e ao local, são necessárias medidas sérias e eficazes.

Principalmente, na questão da gestão de políticas públicas e incentivos governamentais de caráter coletivo, deve-se utilizar critérios de responsabilidade e coerência, nas medidas e nos planejamentos adotados, sendo realmente contempladas as diferentes esferas sociais e analisados os diversos modelos de implementação social existentes, para que não se prolongue a histórica situação do mal planejamento e a má distribuição de verbas e projetos de desenvolvimento.

Compreender a lógica de ocupação do espaço pela elite econômica e política e sua relação com o meio ambiente sem desconsiderar o bem estar social de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade, pois as ações das elites estão ligadas ao poder, é algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos, elas fazem parte de um contexto, algo dentro do qual podem ser descritos de forma densa e inteligível, como um fato histórico.

No entanto há apenas uma mera aparência de contradição nesse sistema. Se, de um lado, nossa herança política, econômica e social esteve sempre submetida aos caprichos do poder local, a construção de um país novo, baseada na unidade descentralizadora e federativa dos estados e seus municípios, e no respeito das suas necessidades internas, não alterava o jogo dos diferentes interesses das

elites, agrário-exportadoras, fortalecidas em torno dos poderes estaduais e do executivo federal.

Prever desenvolvimento sustentável, não requer apenas analisar seus fatores econômicos em si, mas também contemplar todas as influências, transformações e dependências inerentes a cada contexto, sobretudo as motivações sociais e as reais necessidades da amplitude dessas ações. É necessário que haja transformações, mas também, é importante que essas ações voltem-se racionalmente para as reais necessidades estruturais e sociais do contexto atingido como um todo.

Numa análise mais contextual, nota-se que o desenvolvimento de uma região, se dá, ao compasso do desenvolvimento político e econômico do contexto global, uma vez que as elites que direcionavam as políticas públicas e as destinações de melhorias na qualidade de vida, dos produtos de consumo e de manufatura, possuíam um único direcionamento, o cada vez maior avanço da minoria política em benefício próprio.

Uma das razões principais por que uma minoria consegue dominar um número bem maior de pessoas é o fato de os membros da classe política, sendo poucos e tendo interesses comuns, terem ligação entre si e serem solidários, pelo menos, na manutenção das regras do jogo, que permitem, ora a uns, ora a outros, o exercício alternativo do poder. Em toda sociedade organizada, as relações entre indivíduos ou grupos que a caracterizam são relações de desigualdades, cuja principal causa está na distribuição desigual do poder. Um regime diferencia-se de outro pelo modo diferente como as elites surgem, desenvolvem-se e decaem, pela forma diferente como se organizam e como exercem o poder.

Nessa concepção, no final do século XIX, ainda predominava, em nível de elites dirigentes, uma ótica muito restrita das possibilidades da industrialização no Brasil, concebida como um processo necessariamente contido nos limites da estrutura existente, devendo ocupar uma posição secundária e complementar. No século XX o Estado criaria condições para aumentar sua interferência no processo de articulação de interesses, institucionalizando-se os mecanismos de mobilização controlada.

Ainda em meados do século XX, persistiu a complexidade de estrutura de poder em termos de conciliação de interesses. Entretanto, a configuração plena do novo modo de participação dos grupos dominantes no processo de decisão ficaria comprometida pelo afluxo de grande número de interesses emergentes com um

pequeno grau de integração política, causando múltiplas e conflitantes pressões.

O comando das elites muito restritas e, por isso, homogêneas conseguiram fabricar e renovar projetos nacionais, mas a operacionalização desses projetos e a conquista do seu suporte político exigiram acordos muito amplos e complexos, bem como a administração de conflitos de toda a ordem, que se acomodavam apenas temporariamente sob a base do poder.

O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Essa relação de poder é expressa de várias maneiras, nas quais se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política, como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência.

Nesse sentido, cabe salientar que todo movimento em prol do crescimento de um país, nação, ou Estado, deve pautar-se, no pleno exercício das condições sociais, econômicas e políticas de uma região, para com isso, não se correr o risco de um exercício de mandonismo e centralização. Que embora, apresentando um ritmo de crescimento aparentemente capaz e sólido, em sua conjuntura, a longo e médio prazo, deu razões suficientes para que ao se analisar tais empreendimentos, se chegue à conclusão de que, sem uma política realmente voltada para o crescimento como um todo, com aportes que contemplem todas as esferas da sociedade, corre-se o risco de estruturar um sistema de governo e de poder, estritamente centralizador, coeso e seletivo, que leva anos para ser superado, quando se é possível superar ou substituí-lo.

Portanto, há a necessidade de ampliar e aprofundar o debate sobre o conceito de desenvolvimento sustentável que surge em meados do século XX e toma grande repercussão no século XXI, pois seu objetivo básico é alargar as liberdades humanas, expandindo suas capacidades e suas escolhas como agentes do progresso e da mudança, o que deverá ser feito num contexto multidisciplinar, em que no conjunto de circunstâncias existenciais postula-se a necessidade de se criarem outras falas, outras práxis.

Por fim, algumas medidas foram evidenciadas e poderiam assegurar e efetivar o desenvolvimento no Brasil tais como, a implementação de ações de cooperação global como um imperativo social, político e econômico da humanidade, objetivando a erradicação da pobreza no mundo, a expansão do emprego como estratégia para o desenvolvimento sustentável e também de políticas econômicas e

sociais. Importante ainda a promoção e acesso à educação, informação e tecnologia como meios essenciais para a comunicação e participação na política, na economia e na sociedade, resgatando os valores do ideário da modernidade que se fundamenta, teoricamente nos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, pensados em contextos sociais capitalistas de trabalho livre e produtivo, de relações simétricas entre governantes e governados, bem como entre cidadãos urbanos e rurais.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

CAMARGO, Aspásia. *Governança para o século 21*. In: TRIGUEIRO, André (coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. Buenos Aires, 1991.

CAVALCANTI, Clóvis. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

COHEN, Claude. *Padrões de consumo e energia: efeitos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento*. In: MAY, Peter H.; VINHA, Valéria da (Org). *Economia e meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

MARTINS COSTA, Thelmo Vergara. *Desenvolvimento sustentável no Brasil: da miragem do crescimento econômico à utopia sustentável? Texto para discussão*, no CEPEAC da Universidade de Passo Fundo, junho, n.º. 01/2006. www.upf.br.

SILVA, José Graziano da. *Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas*. http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_debate/3-DesenvRural.pdf. Acesso em agosto de 2005.

SULAMIS, Dain. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda Prates (Org.). *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

TAVARES, Hermes Magalhães. *Políticas de desenvolvimento regional nos países do centro e no Brasil*. In: CADERNOS IPPUR. *Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1986.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WOLKANG, Sachs. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.